



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ANO DE 2024

A Coordenação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, no uso das atribuições regimentais que lhe é conferida, convoca para a **8ª Reunião Ordinária, no dia 19 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma online.**

COMPOSIÇÃO DA MESA NO PLENÁRIO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB:

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto de Estado da Saúde; Dr. Luciano Moura Carvalho – Subsecretário de Vigilância e Atenção Integral à Saúde; Dra. Ana Carolina Rezende Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura; Dra. Paula dos Santos Pereira – Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde; Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde; Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação; Dra. Rafaela Júlia Veronezi – Superintendente da Escola de Saúde de Goiás.

COSEMS: Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS; Dr. Aladim Batista Nepomuceno Júnior – SMS Anápolis; Dr. André Luiz Dias Matos – SMS Rio Quente; Dr. Mateus Bessa – SMS Jesúpolis; Dra. Daniela Salum – SMS Iporá; Dra. Beatriz Barbosa – SMS Goiás; Dra. Andreia Abbes – SMS São João D'Aliança.

A participação das Superintendências da SES/GO, COSEMS e assessores presentes na reunião foi registrada eletronicamente via *QR Code* e para os participantes *on-line* foi disponibilizado um link no *chat* para todos preencherem. Toda a frequência se encontra arquivada na Secretaria-Executiva da CIB.

PONTOS DE PAUTA

1 – ABERTURA DOS TRABALHOS

Dr. Sérgio Vencio – Secretário Adjunto/SES, cumprimentou e desejou as boas vindas a todos.

Dra. Patricia Palmeira de Brito Fleury/ Presidente do COSEMS, também cumprimentou a todos e deram início aos trabalhos.

Dr. Sérgio Vencio–Secretário Adjunto/SES, solicitou a Dra. Patricia que iniciasse os trabalhos.

2 – APROVAÇÃO DA ATA:

2.1 – Ata da 8ª Reunião Ordinária da CIB, realizada em 22 de agosto de 2024.

Ata Aprovada.

3 – INFORMES:

3.1 – INFORMES SES/GO:



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

SPLAN:

3.1.1 – Estratégia para elaboração do Plano de Ação de Transformação em Saúde Digital.

Dra. Ana Carolina Rezende Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, comunicou a elaboração do Plano de Ação de Transformação em Saúde Digital a partir de outubro, mediante a realização de oficinas, amplamente discutido com o COSEMS. As orientações serão publicadas no site da SES.

Dra. Patricia Palmeira de Brito Fleury – Presidente do COSEMS, informou que trabalharam muito na organização dessa oficina porque consideram que a SES está muito tímida em relação a Saúde Digital e precisa inovar. É necessário a participação de todos os atores envolvidos (Secretários e seus respectivos Técnicos).

SUBVAIS:

3.1.2 – Apresentação do cronograma de reuniões e live para elaboração do Plano de Ação da PMAE.

Dra. Paula dos Santos Pereira – Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SPAIS, falou sobre o cronograma de reuniões para elaboração do Plano de Ação da PMAE, principalmente em relação a segunda etapa do projeto que é o preenchimento dos formulários. Compartilhou uma apresentação onde mostrou as etapas para chegarem até a elaboração do Plano de Ação, mostrou o levantamento dos serviços executantes de todo o Estado e, agora, precisam de uma oficina presencial para uma conversa individualizada e verificarem se as informações estão coerentes. Em outubro farão uma live para discutirem e após irão a cada CIR para fazerem, conjuntamente, o preenchimento do formulário e em novembro farão o Plano por Macrorregião para que em janeiro seja possível a pactuação, e logo enviarem para o MS.

Dr. Luciano de Moura Carvalho – Subsecretário de Vigilância e Atenção Integral à Saúde – SUBVAIS, disse que os municípios poderão ficar tranquilos que o preenchimento será feito de forma conjunta, com a participação da SES. Esse formato é um desenho de como o próprio Ministério da Saúde solicita as informações.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, informou que houve uma convergência de que as oficinas seriam melhor se realizadas nas CIRs, pautando o preenchimento dos formulários juntos, entre SES e Secretários Municipais de Saúde, dando segurança nos dados. Informou que a Dra. Maria Aparecida passaria para a Dra. Lirce Lamounier os nomes dos integrantes do COSEMS na reunião para dar paridade entre os membros que compõe a mesa.

SUVISA:

3.1.3 – Atualizações sobre os testes rápidos para detecção do Sars-CoV-2.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, informou que a SES conseguiu fazer uma compra e o MS também enviou testes rápidos, atualmente o estoque é de 492.400 testes disponíveis, e os municípios que desejam deverão solicitar até dia 5 de cada mês, através do



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

sistema.

3.1.4 – 8º Fórum de Mobilidade Urbana e Trânsito e 8º Seminário de Saúde Pública e Trânsito – inscrições abertas para submissão de trabalhos.

Dra. Fluvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, informou que o Fórum acontecerá nos dias 18 e 19/11 na PUC, área II, Praça Universitária, com tratativa sobre **insegurança climática e mobilidade**. Esse Fórum é feito anualmente e acontecerá em conjunto a 8ª Mostra Acadêmica de Engenharia de Transportes.

3.2 – INFORMES COSEMS:

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, divulgou o evento denominado 1ª Roda de conversa “Bora Assuntar” que traz como tema a importância do planejamento como processo cíclico e estratégico para Gestão do SUS. Convidou a todos. Evento acontecerá no dia 23/09 as 14:30 horas.

3.3 – INFORMES SES/COSEMS:

3.3.1 – 19º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem, 16º Simpósio Nacional de Diagnósticos de Enfermagem e o 4º Colóquio Brasileiro de Enfermagem em Saúde Mental. (Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem ABEN/Goiás).

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que é muito importante a participação de todos no Simpósio, que será realizado de 11 a 14/11/24, no Centro de Convenções de Goiânia.

3.4 – INFORMES SE/CIB:

3.4.1 – Resoluções AD REFERENDUM para serem referendadas:

Nº RESOLUÇÕES – 2024

226

Dra. Lirce Lamounier – Secretária-Executiva/CIB/SES, informou que esta resolução é de uma Emenda Parlamentar do município de Cristalina.

Resolução referendada pela SES e COSEMS.

3.4.2 – Informaram à Secretária-Executiva da CIB, de solicitação de credenciamento e adesão de equipes, serviços e programas da Atenção Primária à Saúde (APS), conforme Nota Técnica nº 282/2023 – COHC/CGFAP/SAPS/MS.

DOCUMENTO	CRENCIAMENTO	MUNICÍPIO
Ofício nº 442/SMS – de 26 de agosto	01 ESB – formato 40 horas	Britânia
Ofício nº 1094/2024–SMS/GAB-LZA-GO	03 Equipes de Saúde da Família	Luziânia



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Ofício nº 492/2024 – de 29 de agosto de 2024	01 eMULT I	Aragoiânia
<p>Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, citou os ofícios que foram encaminhados à Secretaria-Executiva da CIB informando a solicitação de credenciamento e adesão de equipes, serviços e programas da Atenção Primária à Saúde (APS).</p>		
<p>4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:</p>		
<p>SUVISA:</p>		
<p>4.1 – Cofinanciamento das ações de vigilância em saúde: situação atual.</p>		
<p>Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, explicou que o cofinanciamento é um projeto que foi feito em conjunto com o COSEMS, que ficaram mais de um ano trabalhando no planejamento. A execução começou no mês de julho do ano anterior e desde então vêm trabalhando com os municípios, inclusive na construção de um painel para que o município possa acompanhar passo a passo como é que está a situação dos indicadores e do recebimento do recurso estadual para desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde. Apresentou aos gestores um resumo de como está a situação do cofinanciamento em setembro/2024. Em 2024 estavam programados para serem repassados aos municípios, de acordo com o alcance das metas, valor de R\$ 22.910.604,93 (vinte e dois milhões, novecentos e dez mil, seiscentos e quatro reais e noventa e três centavos) e o que foi realmente repassado aos municípios que conseguiram alcançar as metas dos indicadores pactuados foi, R\$ 14.914.729,40 (quatorze milhões, novecentos e quatorze mil, setecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), perfazendo um total perdido, que não foi repassado aos municípios pelo não alcance das metas pactuadas, no valor de R\$ 7.991.604,13 (sete milhões novecentos e noventa e um mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos). Ressaltou que tem nove projetos de diversas áreas da Vigilância em Saúde, a quantidade de municípios pactuados varia de projeto para projeto e que o intuito é conseguir repassar todo o recurso financeiro aos municípios, pois não é só repassar recurso, é ter o impacto desejado nos indicadores pactuados. Afirmou que tem as datas de vencimento dos projetos, a grande maioria encerra agora em 2024 e alguns em maio/2025. Pediu atenção de todos os gestores, de suas equipes, tem encaminhado documentos e feito oficinas com os municípios, as Regionais também têm trabalhado junto aos municípios para que alcancem ao máximo as metas pactuadas de cada indicador. Disse que ainda tem tempo de recuperar algo que não pode ser perdido, valor de R\$ 7.991.604,13 (sete milhões, novecentos e noventa e um mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos) até agora, que pode aumentar até o fim do ano e querem ver municípios alcançando as metas pactuadas.</p>		
<p>Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, afirmou que é uma questão importante, é uma grande luta do COSEMS, do CONASEMS, que apoiam a SES junto ao Ministério da Saúde, do próprio Governador, que está sempre pedindo dinheiro para o Ministério da Saúde, do trabalho que é feito nas Câmaras Técnicas. Disse que todo ano é questionado “por quê está pedindo recurso se não consegue utilizar o que está recebendo”, repercutindo muito mal para todos e questionou se ainda é possível reverter essa situação.</p>		



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, respondeu que é possível para as próximas parcelas, tem alguns projetos que estão encaminhando para a última ou penúltima parcela. Disse que tem alguns projetos, por exemplo, que os municípios têm até o dia 30 do mês de setembro para concluírem a comprovação e o alcance das metas. Existem alguns projetos que vencem no mês de novembro e outros que vencem em maio/2025. Pediu aos gestores e à equipe técnica para em caso de dúvidas entrarem em contato com a Regional, com as áreas técnicas de cada projeto que tem um ponto focal, um e-mail específico que já foi divulgado. Disse que estão fazendo plantões de dúvidas para atenderem e orientarem os municípios objetivando alcançar o melhor resultado possível.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, afirmou que no dia anterior, no escritório do COSEMS, discutiram o assunto e que quando o COSEMS trouxe o anseio de não haver interrupção de cofinanciamento das ações de Vigilância e estudarem o próximo cofinanciamento, veio justamente essa problemática escancarada de “o que podemos fazer para ainda salvar as últimas parcelas” (Projeto 2). Percebem muita confusão, citando que durante o GT alguns municípios responderam que haviam enviado, mas na realidade enviaram os documentos referentes a outro Projeto, momento em que a Dra. Flúvia falou para intensificar com as Regionais a qualificação, sanando as dúvidas objetivando salvar o que ainda é possível. Afirmou que diante dos péssimos dados, cada um presente na reunião da bipartite precisa refletir o que podem fazer diante dessa problemática que retrata a triste realidade. Estão o tempo todo lutando por cofinanciamentos federais, estaduais visto que o município é quem executa a política e tem arcado com 70% do financiamento, mas para muitos cofinanciamentos existentes, os recursos não estão chegando nos caixas municipais. Afirmou que cada um precisa refletir, dentro da sua governabilidade e das instâncias que são diversas, discussões do SUS, pensando em estratégias para mitigar a situação.

Dr. André Luiz Dias Matos – SMS/Rio Quente, disse que lhe chamou atenção, que dos R\$ 7.991.604,13, que não foram repassados quase a metade e é referente a um item (Projeto 3 - Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e seu padrão de potabilidade) a previsão de repasse R\$ 3.720.409,70 (três milhões, setecentos e vinte mil, quatrocentos e nove reais e setenta centavos), repassando somente R\$ 49.626,86 (quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos), questionando se foi identificado o que ocorreu.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, respondeu que observaram como problema que muitos municípios não conseguiam fazer análise básica (cloro e turbidez) porque não tinham equipamento, não conseguiam fazer o teste. Assim, discutiram e optaram em fazer um cofinanciamento para fornecer recurso para que o município possa comprar os kits. Disse que foram 203 municípios que aderiram ao Projeto 3 – Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e seu padrão de potabilidade. Disse que repassaram o recurso, inclusive o primeiro recurso foi passado sem meta nenhuma, foi recurso de investimento para que os municípios conseguissem comprar os kits, porém a maioria não comprou. Assim, se o município não consegue fazer o teste, não consegue alcançar a meta; receberam o recurso mas não conseguiram dar continuidade ao programa.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. André Luiz Dias Matos – SMS/Rio Quente, pontuou que o município aderiu sem ter condição de fazer, não tendo como cumprir as metas do projeto, simplesmente aderiu.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, disse que na verdade o município tinha condição de realizar o projeto, o valor do kit é barato e forneceram primeiramente o recurso para comprarem e depois vão avaliando se o município está realizando ou não os testes, sendo esse o problema principal.

Dr. André Luiz Dias Matos – SMS/Rio Quente, gerando muito impacto na retenção dos recursos.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que um dos encaminhamentos da reunião que tiveram no dia anterior foi que terminando o projeto, avaliar tudo o que foi produtivo, tudo que não trouxe a medição adequada e que não impactou em nada, não melhorou os indicadores de saúde, não teve alcance, tudo que, pelo contrário foi além do que esperavam mas não foi medido, haverá um monitoramento após a conclusão dos projetos e será apresentado no Grupo de Trabalho para nortear o próximo programa de cofinanciamento.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, compartilhou novamente a tela mostrando a data de encerramento de cada projeto, citando que o Projeto 1 - Ampliação das Coberturas Vacinais vence em setembro/2024, o Projeto 2 – Fortalecimento dos Núcleos de Vigilância Epidemiológica vence em novembro/2024 e o Projeto 3 – Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e seu padrão de potabilidade finaliza em outubro/2024. Afirmou que já tem as datas previstas para a entrega dos documentos, boletins, para cada indicador tem a forma de alcançar a meta, sendo que os municípios prestem atenção às datas. Disse que foi criado um painel para o gestor acompanhar em tempo real, facilitando a supervisão do alcance dos indicadores, vendo o que precisa melhorar, porém, infelizmente observaram o pouco uso do painel que é uma ferramenta de gestão à disposição no site da SES (Painel de Cofinanciamento).

4.2 – Obrigatoriedade do licenciamento dos prestadores de serviços de abastecimento de água para o consumo humano – Portaria 2.145/2024-GAB/SES.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, reiterou a importância de todos os participantes registrarem a presença através do link disponível e mesmo os que estão em muitos numa mesma sala a importância de todos assinarem.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, explicou que a Portaria 2.145/2024-GAB/SES de julho/2024, veio principalmente devido ao que temos vivido com as doenças diarreicas agudas durante as investigações de campo, situações que encontraram. Tinham alguns indícios de que existia um vácuo legal em relação a água de consumo humano e junto a equipe elaboraram a Portaria. Entendem que o alimento, qualquer alimento, a pessoa que produz alimento, precisa de alvará sanitário; se alguém que produz um cosmético e põe a venda precisa de alvará sanitário e, por quê as empresas que fornecem água de consumo humano não devem precisar de alvará sanitário, considerando a água como um dos principais alimentos e como um grande problema de saúde pública se não for feito de forma adequada. A Portaria foi publicada em 15 de julho e traz como principal objetivo regulamentar todo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano, público ou privado, está sujeito à fiscalização e autorização da autoridade de



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

saúde em todas as fases do processo de fornecimento de água, desde a captação até a distribuição incluído o transporte, no caso dos carros-pipa, submetendo-se às normas regulamentares. Disse que 223 municípios do Estado de Goiás utilizam a SANEAGO como concessionária distribuindo a água, quatro municípios não possuem nenhum sistema oficial de tratamento e o restante tem sistemas próprios. Assim, esses municípios, mesmo que o sistema seja privado, contrataram empresa que deverá ter alvará sanitário. A fiscalização acontecerá de acordo com a pactuação de Vigilância que tem em cada município, alguns municípios pactuaram esse tipo de inspeção e o município que não tiver pactuado o Estado passará a fiscalizar e também a regulamentar, autorizar o fornecimento de água por essa empresa.

4.3 – Cenário sobre qualidade do ar no estado de Goiás e ações realizadas pela SES-GO.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, disse que tem na Gerência de Emergência em Saúde Pública uma equipe que trabalha com o monitoramento da qualidade do ar em parceria com a SEMAD/CIMEHGO (Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de Goiás) e também a Defesa Civil. A Defesa Civil vem emitido alguns alertas, quem cadastra o SMS recebe esses alertas. Estão trabalhando também com recomendações, orientações para a população com o intuito de diminuir os impactos na saúde de cada um em decorrência das alterações climáticas, como baixa umidade relativa do ar, viveu o maior período de umidade relativa do ar em situação de emergência. Disse que este ano foi de maior número de incêndios, apresentou um Mapa com os focos de queimadas no Brasil, onde literalmente o país quase todo está pegando fogo. Assim, tudo isso mais a baixa umidade relativa do ar faz com que a qualidade do ar que respiramos seja muito ruim. Comentou que uma matéria publicada recentemente de uma pesquisa feita em São Paulo onde a quantidade, o tipo de partículas que estavam dispersas no ar, se a pessoa respirar durante um dia era como se a pessoa fumasse quatro cigarros/dia sem ser fumante. Cada vez mais precisamos orientar a população, razão pela qual foram elaborados alguns *cards* com recomendações à população do que fazer em situação de alta temperatura, em situação de ocorrência de fumaça e situação de baixa umidade relativa do ar, que podem ser acessados no site da SES ou pelo QRCode apresentado o Alerta Epidemiológico enviado a todas as Secretarias Municipais. Afirmou que é, infelizmente, um novo normal que tende a piorar pelos prognósticos dos cientistas em relação ao clima e a forma que estamos lidando com o nosso ambiente e, com certeza, impactará e já está impactando a saúde da população mundial e as consequências disso pode ter em curto prazo aumento para quem tem doenças respiratórias pode ter crises mais intensas, mais frequentes e também a longo prazo com outras doenças que podem ser ocasionadas pela quantidade de poluição e de partículas suspensas no ar durante esse tempo tão prolongado como esse tempo nessa época – setembro de 2024.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que foi discutido a importância de divulgar tudo o que foi produzido pela SES pois os colegas gestores estão trabalhando *cards*, informes nos municípios para fazer com que essas orientações e recomendações cheguem até os usuários, a toda população. Comentou que muitas mídias oficiais do Executivo Municipal estão suspensas por recomendação do período eleitoral. Disse, então, para utilizar, replicar esses materiais produzidos pela SES através de estratégias diversas como os agentes comunitários de



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

saúde, nas unidades, em locais com aglomerado diversos que alcança muita gente. Como é uma situação de alerta, com orientações da OMS, a SES preparou os materiais trazendo o zelo daquilo que é pertinente para impactar de fato na saúde da população com bom senso. Pediu para os gestores replicarem todos os materiais produzidos e foi com essa intenção que a pauta foi trazida para a CIB.

5 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, fez uma ressalva, explicando que todos os assuntos inseridos na pauta para pactuação foram amplamente discutidos nos respectivos Grupos de Trabalho - GTs, bem como avaliados os documentos necessários e exigidos pela legislação para serem pactuados. Por esta razão não serão novamente colocados em discussão, mas somente pactuação.

SPLAN:

5.1 – Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Turvelândia, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 215.127,42 (duzentos e quinze mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos) para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS Turvelândia).

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que diante de alguns ocorridos nas Resoluções, da contextualização da pauta, e porque o Grupo de Trabalho não gera relatório, e o que subsidia a resolução é o transcrito na Ata da CIB. Assim, pediu para constar que a área técnica da SES acompanhou a Secretaria Municipal de Saúde de Turvelândia, a pauta passou em CIR, passou no Grupo de Trabalho e agora veio para pactuação.

Item Pactuado

5.2 – Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Morro Agudo de Goiás, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 272.092,83 (duzentos e setenta e dois mil, noventa e dois reais e oitenta e três centavos), para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS Morro Agudo de Goiás).

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que foi um item amplamente discutido no GT e que pelo COSEMS estava pactuado.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Item Pactuado

5.3 – Pactuar a solicitação de alteração de 100% dos serviços de Média e Alta Complexidade por Abrangência do município de Aparecida de Goiânia para o município de Piracanjuba, abaixo relacionados: (SMS de Piracanjuba)



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

- 0204030030 – Mamografia Unilateral
- 0204030188 – Mamografia Bilateral para Rastreamento
- Diagnósticos – Densitometria Óssea

Dr. André Luiz Dias Matos – SMS/Rio Quente, questionou se a pauta estava correta se não seria do município de Piracanjuba para o município de Aparecida de Goiânia.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, respondeu que estava correta que era para Piracanjuba o município de Aparecida de Goiânia, que no GT foi bem esclarecido que o município estava retornando os serviços para o município.

Item Pactuado

5.4 – Proposta de emenda nº 11329.685000/1240-05, de aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, Centro Médico Municipal, CNES 9179089, do Município de Trindade. (SMS Trindade)

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que foi explicado no GT que estavam tendo diversas diligências do Ministério da Saúde e os gestores estavam precisando desse documento para responder a dirigência. Pelo COSEMS estava pactuado.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Item Pactuado

5.5 – Pactuação do Projeto de Curso de Capacitação sobre a Política Nacional de Humanização.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que pelo COSEMS também estava pactuado. O Assunto foi discutido no GT amplamente e estava tudo em conformidade.

Item Pactuado

SUREG:

5.6 – Pactuar a solicitação da Secretaria de Estado da Saúde, de aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média e alta complexidade em Ortopedia e Traumatologia, num montante anual de R\$ 6.187.656,12 (seis milhões, cento e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e doze centavos) para custeio das ações de saúde da população do Estado de Goiás, considerando a ampliação de leitos, conforme discriminado no quadro abaixo:

Estabelecimento	CNES	Município	Nº Leitos a Ampliar	Impacto Financeiro
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIAS – GOVERNADOR	7743068	Goiânia	24	R\$ 1.537.764,00



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA – HUGOL				
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS – DR. VALDEMIRO CRUZ – HUGO	2338262	Goiânia	34	R\$ 2.199.953,64
CRER	2673932	Goiânia	38	R\$ 2.451.738,48

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que houve problemas do questionamento de resoluções antigas e subsidiada pelo descrito na Ata, é importante fazer uma contextualização neste item. Entretanto deixava claro que foi bem discutido e pelo COSEMS estava pactuado a ampliação desses leitos.

Dra. Oriana Nikare – SUREG/COHAB, disse que fizeram o levantamento dos monitoramentos desses serviços em que junto ao Ministério da Saúde tiraram umas duvidas em relação a Portaria nº 516. Não só as unidades estaduais quanto as unidades que têm serviços de traumatologia poderiam solicitar a ampliação de leitos já que a Portaria nº 516 não trabalha mais com parâmetro mínimo. Na Portaria anterior o parâmetro mínimo era 8 mais ficava sempre 8, então o mínimo virou o teto, nas unidades e o levantamento que fizeram de produção só poderia ser solicitado o quantitativo de leitos proporcionais aos serviços prestados integral. Com isso não adianta ter produção em todos os leitos existentes e não ter produção de consultas, na traumatologia e ortopedia. Então estavam solicitando proporcional ao número de consultas, por isso que apesar de ter mais leitos não conseguiriam solicitar a criação total dos leitos existente, por isso foram solicitados os leitos proporcionais. Quanto aos demais serviços habilitados nos municípios, aqueles que tinham capacidade operacional ficou de aguardar a gestão decidir sobre se terão a ampliação ou não. Logo, todos os serviços habilitados que tenham capacidade de produção de AIH e consultas proporcionais a quantitativo de leitos podem solicitar aumento de teto. O quadro da pauta precisa fazer a correção do HUGO e do CRER os quantitativos ficaram errados, mas já havia passado para a Dra. Lirce. Para o HUGOL, para o HUGO o valor é R\$ 2.199.353,64 (dois milhões trezentos e cinquenta e três mil e sessenta e quatro centavos), para o CRER o valor é R\$ 2.450.538,48 (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) o total estava correto.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, agradeceu e disse que pelo COSEMS estava pactuado.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Item Pactuado

5.7 – Pactuação de recursos financeiros da Portaria nº 2.336/GM/MS, de 12 de dezembro de 2023, dos municípios de Aporé e Portelândia, conforme Resolução nº 16/2024, de 04 de setembro de 2024, da CIM Sudoeste: Município solicitante Aporé: remanejamento dos valores que estavam destinados para execução pelo próprio município aos executantes Aparecida de Goiânia (20%) e Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (30%), excluindo o município de Aporé da lista de municípios executantes



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

do Plano Nacional de Redução de Filas em 2024.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que pelo COSEMS estava pactuado. Que esta correção já estava no Plano Estadual para o Ministério da Saúde, mas solicitaram uma Resolução CIB.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Item Pactuado

5.8 – Habilitação do Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia, CNES 9680977, 2501-Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, com serviço de classificação 155/001 serviço de Traumatologia e Ortopedia e 155-02 serviço de Traumatologia e Ortopedia pediátrica (até 21 anos de idade), com o impacto financeiro de R\$ 1.286.579,16 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos) por ano.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Aracu/Presidente do COSEMS, disse que pelo COSEMS estava pactuado.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Item Pactuado

5.9 – Habilitação do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Catalão, CNES 2442612, como 2501-Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, com serviço de classificação 155/001 serviço de Traumatologia e Ortopedia e 155-03 – Serviço de Traumatologia e Ortopedia de Urgência), com o impacto financeiro de R\$ 517.699,05 (quinhentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinco centavos) por ano.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que pelo COSEMS estava pactuado.

Item Pactuado

5.10 – Habilitação de 01 (um) leito de UTI adulto, Tipo II, para o Hospital do Câncer de Rio Verde, CNES 2814218, na cidade de Rio Verde-GO com o impacto financeiro de R\$ 197.100,00 (cento e noventa e sete mil e cem reais) por ano.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Aracu/Presidente do COSEMS, disse que pelo COSEMS estava pactuado.

Dra. Oriana Nikare, COHAB, disse que tem que fazer a correção do valor que é R\$ 197.100,00 (cento e noventa e sete mil e cem reais), que a cada serviço que solicita habilitação tem um custo que é feito em cima das normas financeiras que o Ministério da Saúde demanda o quantitativo necessário e o valor de cada procedimento em cima do valor faturado médio de todos os procedimentos produzidos



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

nas unidades habilitadas. Quanto maior a produção dos serviços que tem novos serviços, serão habilitados considerando esses quantitativos. Cada unidade tem a sua planilha e é feito de acordo com cada especialidade.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Item Pactuado

SUVISA:

5.11 – Pactuação do Núcleo de Epidemiologia Hospitalar – NHE e do Núcleo de Epidemiologia da Unidade de Urgência e Emergência – NE-UPA, nas seguintes unidades de saúde:

UNIDADES HOSPITALARES	CNES	MUNICÍPIO
Hospital Municipal Bom Jesus	CNES 2442728	Águas Lindas de Goiás
Unidade de Pronto Atendimento Mansões Odisseia	CNES 0431451	Águas Lindas de Goiás

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que pelo COSEMS estava pactuado.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, disse que pela SES o item estava pactuado.

Item Pactuado

5.12 – Piso Variável de Vigilância Sanitária 2024.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que discutiram bastante essa situação de como o recurso poderia ir para alguns municípios para fazer a oficinas, mas houve diversos problemas na execução desse recursos, porque as licitações não foram empenhadas com a rubrica específica para esse recurso. Diante da problemática pactuam que a Secretaria Estadual de Saúde é quem executará esse recurso através de oficinas macrorregionais e em reuniões entre o COSEMS e SUVISA já foi pensado um formato que alcance não somente os gestores e técnicos municipais, mas também, os prefeitos visto que Superintendência de Vigilância Sanitária envolve diversas questões políticas. Logo para ter segurança que subsidiem os técnicos e gestores municipais as oficinas tarão momentos diversos de qualificação voltadas para diversos atores.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente de Vigilância em Saúde/SUVISA, disse que o recurso será utilizado em duas etapas a primeira no primeiro trimestre de 2025 com uma capacitação e acolhimento voltado para os gestores municipais. Lembrou que farão reavaliações das pactuações das ações de Vigilância Sanitária em 2025. A ideia é aproveitar os encontros com os novos gestores e prepará-los para uma nova pactuação. A pactuação será feita no ano de 2025 e o recurso será utilizado pelos gestores. Na segunda etapa que será no segundo semestre de 2025 terá oficinas temáticas exclusivas para os fiscais e técnicos de vigilâncias sanitárias municipais e regionais e também do Estado.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, ressaltou que é muito importante estas pactuações e no ano de 2025 serão qualificados para que até o final de 2025 se



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

sintam seguros nas novas pactuações até para fazer as revisões.

Item Pactuado

6 – HOMOLOGAÇÕES

7 – ENCERRAMENTO

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que validava positivamente esse novo formato e estratégia das discussões da Comissão Intergestores Bipartite. Conseguiram uma reunião produtiva, com uma pauta que traz segurança nas discussões.

Dr. Sérgio Alberto Cunha Vencio – Secretário Adjunto, agradeceu a participação de todos. Disse que teve oportunidade de participar do GT de Vigilância e é um trabalho grandioso de todas pessoas envolvidas é realmente um esforço para que cheguem e ter as decisões que guiam a saúde e o Estado. Gostou bastante desse formato de reunião.

A Ata foi concluída: Joelma Mendonça de Sousa, Lirce Lamounier, Lucyana Oliveira Porto Silvério, Maria Lúcia Carnellosso e Gustavo Augusto Prado de Castro, ouviram a gravação da reunião e foi lavrada a presente Ata.